

A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA MATERIAL NA SÉ DO PORTO

(ENTRE A IDADE MÉDIA E A ÉPOCA CONTEMPORÂNEA)

MARIA JOÃO OLIVEIRA E SILVA*

Resumo: A preservação da memória material, configurada sob a forma de documentos escritos, foi uma das preocupações dos homens encarregados do governo da catedral do Porto desde a Idade Média. Saber quem, onde e como se fez essa preservação é fundamental para compreender a organização da própria instituição, a evolução dos comportamentos face aos acervos a conservar, bem como conhecer as práticas arquivísticas utilizadas ao longo dos vários séculos. Somente a análise de todos estes vectores permite alcançar uma visão alargada sobre o papel da memória material/documental na Sé portuense no período em análise.

Palavras-chave: Arquivística histórica; preservação; documentos; Sé do Porto.

Abstract: The conservation of material memory, materialized under the form of the written record, was one of the concerns of those in charge of the government of Porto's cathedral since the Middle Ages. The knowledge of by whom, where and how this conservation was made is essential to understand the organization of the institution itself. This knowledge is also fundamental to understand the evolution of behaviors with regard to the preserved documents, as well as knowing the archival practices used throughout the centuries. Only the analysis of all these vectors can provide an overarching view of the role of documentary/material memory in the cathedral during the period in analysis.

Keywords: Historical archives; conservation; written record; the Cathedral of Porto.

Precedentium auctoritate patrum ammonetur ut quicquid firmum et stabile fieri volumus scriptis et litteris tradendo presentium et futurorum memorie commendemus: assim versa a arenga de memória de um documento de 1120¹ que reflecte «a importância dada à escrita como garante da perpetuidade dos actos jurídicos, em contraponto à frágil memória humana que, com o tempo, transforma o acordado em incerto e duvidoso»². Ao elogio da escrita associa-se a valorização da preservação dos escritos, e com ela a necessidade de criar espaços destinados à sua guarda, de atribuir a sua custódia e de definir práticas de conservação dos mesmos.

Apesar de se desconhecer a localização do *archivum* ou *chartarium* da catedral portuense na época medieval, é provável que o mesmo se situasse *in tesouro*³, à

* CITCEM, CEHR-UCP. mariajoham@portugalmail.pt

¹ *Documentos Medievais Portugueses*, 1958: 66-67.

² SILVA, 2008: 113. Sobre as arengas dos documentos da chancelaria do Porto veja-se SILVA, 2008: 114-116 e SILVA, 2010: 127-131. Sobre a presença deste tipo de arengas e de outros tipos de arengas na documentação de outras chancelarias medievais portuguesas veja-se SANTOS, 1992: 307-333; GOMES, 2001: 9-49; CUNHA, 2005: 326-339; GOMES, 2007: 761-773; MORUJÃO, 2010: 503-513; GUERRA, 2003: 27-28; e sobre a existência desta cláusula nos formulários da Alta Idade Média «hispana» veja-se LAFFON ALVAREZ, 1989: 133-232.

³ Em Braga, em 1206, foi depositado no tesouro uma *cartula*, repetindo-se a localização em 1216 (CUNHA, 2005:112-114). Na catedral conimbricense os *sacci* com documentos, em 1222, 1231 e 1307, estavam guardados no tesouro, e na congénere de Viseu, em 1303, o arquivo encontrava-se dentro de arcas no tesouro (GOMES, 2007: 260, COSTA, 1983: 1-224).

semelhança do que sucedeu em tantas outras instituições eclesiásticas, episcopais e monásticas. A data tópica de vários documentos, episcopais e notariais, indica que foram feitos «no thesouro da dicta Igreja»⁴, e até no seu sobrado⁵. Quanto ao seu local recolhemos uma referência importante em 1379: nela se diz que a doação em causa fora feita «no logo hu soiha de seer o tesouro e ora chamam o cabidoo novo»⁶. Este «cabidoo novo», pela data, é provavelmente o claustro gótico, adjacente à actual sacristia, cuja construção se iniciou no primeiro quartel do século XIV⁷.

Sabe-se também que o arquivo podia partilhar o espaço com o *armarium* ou biblioteca, e, de facto, em 1307, o cabido fez pôr «duo publica instrumenta... in biblioteca per manum dicti Francisco Andre», tabelião do Porto, sendo esta a referência concreta mais antiga ao lugar onde se guardavam/arquivavam os documentos na Sé⁸.

A escassez de dados relativos à localização do arquivo episcopal repete-se no que se refere ao acondicionamento dos actos escritos. Arcas, uchas, caixas, cofres e escaninhos⁹ eram os locais mais comuns para a guarda quer de livros quer de cartas, quer igualmente de outros bens considerados valiosos (tais como relíquias¹⁰, paramentos, alfaias litúrgicas)¹¹. Sabe-se que existia no tesouro da Sé do Porto uma arca que tinha duas chaves¹², e que, em finais do século XIV, havia alguém encarregado da sua guarda¹³. A informação mais relevante sobre este móvel, enquanto lugar de depósito documental, e ao próprio arquivo da catedral, é da primeira metade do século XVI, mas cremos que pode reflectir uma realidade anterior:

A função arquivística do *tesouro* é referida, igualmente, em 1226, para o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (GOMES, 2007: 262). Também no mosteiro de S. Pedro de Pedroso se diz, em 1306, «in thesouro ipsius ubi alie scripture ipsius monasterio reponi» (Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – Gav. 8, mç. 2, n.º 56). Numa instituição de cariz diferente, o Concelho do Porto, em 1319.09.14, também se colocou uma pública-forma «en o tesouro con as cartas do Concelho e da cidade para se guardar» (*Corpus Codicum*, vol. VI, fasc. 1, est. VIII, doc. 8, fasc. II, p. 16-19). Também na catedral de Oviedo, em período que recua ao século X, se encontravam os documentos no *tesoro* (CALLEJA PUERTA, 2006: 180-185). No entanto, outras localizações eram possíveis. Em Lamego, o arquivo estava situado num armário no coro (GOMES, 2007: 261-262).

⁴ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) – OSB, S. Cristóvão de Rio Tinto, mç. 4, p. 3, s./n., Arquivo Distrital do Porto (ADP) – Cartório do Cabido, Livros dos Originais, 1666, fl. 9, 1679, fl. 18, 1684, fl. 16 (inserto), 1678, fl. 23. De futuro citaremos da seguinte forma abreviada: «Cart.º» por Cartório, «Cab.» por Cabido e «Liv.» por Livros.

⁵ Aí foi feito um instrumento em 1364.10.18 (*Corpus Codicum*, vol. VI, fasc. III, doc. 12).

⁶ ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1678, fl. 23.

⁷ BOTELHO, 2006: 24, 30-31.

⁸ ADP – Mitra, Pergaminhos, doc. 13; *Censual do Cabido*, 1924: 424-430.

⁹ Apenas para citar um exemplo, em 1312 o chantre Vicente Domingues, no seu testamento, instituiu duas capelas às quais legou, entre muitos outros objectos e dinheiro, uma «arca francês» (*Testamenti Ecclesie Portugaliae*, 2010: 568-574). Vejam-se outros casos de móveis legados por prelados e clérigos das catedrais portuguesas medievais (até 1325) na obra *Testamenti Ecclesie Portugaliae (1071-1325)*.

¹⁰ Quando, em 1372, Francisco Domingues tomou posse como abade de Pedroso, entre outros objectos foram-lhe entregues «tres arcas argenteas cum reliquiis sanctorum» (AUC – Gav. 8A, mç. 3, n.º 130).

¹¹ Como afirma Michael Clanchy: «Documents, books, relics of the saints and jewellery were not usually kept in places distinct from each other, because they were often physically joined together, and the difference between writings and other precious objects was not as obvious as it is to a modern literate» (CLANCHY, 1993: 155). Sobre a conservação documental, em geral, e sobre estas peças de mobiliário em instituições portuguesas, em particular, veja-se SANTOS, 2001: 237-242, e SANTOS, 1994: 26-31. Para o uso destas mesmas peças em instituições europeias, eclesiásticas e outras, veja-se, GENEST, 1989: 136-141.

¹² Referida em 1398 (ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1673, fl. 23).

¹³ Em 1390 surge como testemunha de uma posse de bens imóveis do cabido um Gonçalo Eanes clérigo do tesouro (ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1667, fl. 441), surgindo de novo em 1392, também como testemunha de uma posse, sendo referido como o «que guarda o tesouro da See» (ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1688, fl. 2v).

As quães semtemças doações comtratos confirmações forães cartas e espreturas e cousas atras declaradas estam todas na arqua que esta na casa e livraria do cabido em que outrosy estam todalas matricolas das ordeens que se deram no bispado de cimquoenta annos a esta parte com tres chaves hũa que tem o bispo quamdo esta presente no bispado e quando he ausemte fica ao seu provisor e vigairo gerall e outra tem o chamçarel do cabido e outra o esprivam da camara do bispado afora outras tres chaves de portas do dito cartoreo e cabido que tem o chamçarel dele e porteiro do cabido¹⁴.

Como referido, já em 1307 os dois espaços, livraria/biblioteca e cartório/arquivo, parecem partilhar o mesmo lugar.

No excerto apresentado, um dos responsáveis pelo cartório, possuidor de uma chave, é o chanceler. Compreenderia este cargo também o de arquivista ou *cartarius*? Na realidade não existe qualquer dado que permita afirmar ou infirmar esta ideia. O que se sabe é que o título de *cancellarius* surge referido, na Sé do Porto, em 1298, e depois, de forma muito rara, no século XIV¹⁵. Sob a sua tutela estaria a chancelaria, isto é, tudo o que se relaciona com a produção documental, e, por essa razão, não se estranha que tivesse um papel activo também na guarda e conservação dos documentos. Por outro lado, não será de afastar a hipótese de, durante algum tempo, ter sido o tesoureiro o responsável pelo arquivo, uma vez que suspeitamos que este tenha integrado o tesouro catedralício¹⁶.

Tal como em muitas outras instituições, eclesiásticas ou não, reproduzir e copiar documentos foram as fórmulas mais antigas, utilizadas na catedral portuense, para preservar e conservar o património escrito/material¹⁷. As *chartae antiquae*, como são designadas pelos notários¹⁸, foram copiadas de várias maneiras: através de cópias autênticas, públicas-formas, cópias judiciais, cópias simples, mas também em livros e cartulários, fruto da noção tradicional «safety in numbers»¹⁹.

¹⁴ Referência colhida no *Censual da Mitra do Porto* de 1542, fl. 250, estudado e publicado integralmente por SANTOS, 1973. Nos Estatutos do Cabido da Sé de Coimbra, de 1454, determina-se que dois cônegos, designados pelos seus pares, deviam possuir as duas chaves do cartório, «e quando algum delles for absente leyxe sua chave a outro coonigo» (MORUJÃO, 2006: 90 e 100).

¹⁵ SILVA, 2008: 63-64, e SILVA, 2010: 11-14. Na Sé de Braga as primeiras e únicas referências ao chanceler, até 1244, datam de 1224 (CUNHA, 2005: 164). Na congénere conimbricense a menção mais antiga ao *cancellarius episcopi* é de 1194 (MORUJÃO, 2010: 376-377). No mosteiro de Santa Cruz a figura do chanceler aparece ainda mais cedo, em 1190 (GOMES, 2007: 455).

¹⁶ O cargo de tesoureiro foi ocupado, com alguns períodos de interrupção, desde 1119 (SILVA, 2008: 48-49 e Anexo 3). Na Sé de Oviedo, o papel de custódio do tesouro parece ter pertencido ao arcediogo, pelo menos até inícios do século XI (CALLEJA PUERTA, 2006: 185-191). Vejam-se as funções dos tesoureiros de várias Sées medievais portuguesas em MARQUES, 1988: 332-334 e CUNHA, 2005: 109-115 para o caso de Braga; SARAIVA, 2003: 142-149 para Lamego; MORUJÃO, 2010: 226-232 para Coimbra; FARELO, 2003: 23-25 para Lisboa, e VILAR, 1999: 149-153 para Évora.

¹⁷ Veja-se o completo estudo sobre o importante arquivo do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, nomeadamente, diferentes fases reflectidas nos sumários e nas cotas dorsais dos documentos, acção de vários arquivistas (medievais e modernos), papel dos cartulários na construção do dito arquivo, inventários, renovação da Leitura Nova, etc., em GOMES, 2007: 241-445.

¹⁸ O termo «antiquae» tanto foi usado para designar documentos que, na altura em que são copiados, têm mais de 122 anos (no caso de uma doação de 1180.04 trasladada numa pública-forma de 1302.10.06 – ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1688, fl. 30), como para outros que têm menos de 37 anos (no caso de uma doação de 1264.10.21 trasladada numa pública-forma de 1301-07.12 – AUC – Gav. 8, mç. 2, n.º 47). Não se pode, deste modo, atribuir-lhe uma noção temporal precisa.

¹⁹ CLANCHY, 1993: 157. Desta noção passar-se-ia para a de «central archive at the treasury».

As públicas-formas abundam nos fundos episcopais. Requeridas por membros da canónica, ou outros, dadas por autoridade eclesiástica ou civil, justificadas pelo medo de perda do original, por causa da água, do fogo, da traça, de qualquer infortúnio, dos perigos de uma viagem, assim como pelo receio da quebra de selos, de suspensões ou *chancelas*. Justificadas ainda pelo estado de conservação do documento, razão esta apontada em 1329, pelo chantre do Porto Rodrigo Eanes, para pedir o traslado do testamento de um dos seus antecessores, que, segundo ele:

avya muyto que fora feyto e era tanjido de traça a logares assy come parescia e se queria esconder e somir a letera de guisa que se se non traladasse logo que a pouco tempo non se poderia leer nem traladar e perdessya e verrya a cajom a dicta manda e non se fariam nem compririam as cousas que na dicta manda eram contheudas²⁰.

Nesta altura o testamento, de que entretanto se perdeu o original, tinha sido feito há 47 anos. A referência à traça e à letra que se «sumia» provam que o pergaminho não estava conservado nas melhores condições.

Em ocasiões específicas, principalmente durante processos judiciais, para além de públicas-formas, usou-se como prática arquivística a elaboração de livros onde se copiaram determinados tipos de documentos, muito provavelmente no intuito de se manterem os originais na Sé. Assim aconteceu em 1354, durante a grande contenda entre o bispo (D. Pedro Afonso) e o cabido, de um lado, e o rei e o concelho, do outro²¹. No dia 12 de Julho de 1354 o prelado apresentou, entre outros instrumentos, «huum livro de dez e oito folhas de pergaminho no qual parecia que jaziam scriptos os theores de cartas e privilégios», e «huum livro scripto em vinte e sete folhas de porgaminho que pareciam que eram enformaçoens»²². Ainda antes do julgamento, D. Pedro Afonso mandara fazer duas públicas-formas iguais, ambas ainda hoje conservadas, contendo mais de 40

²⁰ 1329.05.15 (ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1688, fl. 32). A pública-forma do testamento de D. Martinho Geraldês, arcebispo de Braga, requerida em 1271, é justificada pelo facto do requerente da mesma temer *amissione ipsius cumsumptione literarum in pergamenno combustione et de aliis casibus fortuitis* (*Testamenti Ecclesie Portugaliae*, 2010: 144). Também a pública-forma do testamento do deão de Silves Geraldo Pais foi requerida porque «se temia de se perder ou asconder» (*Testamenti Ecclesie Portugaliae*, 2010: 591).

²¹ A contenda foi despoletada pelo corregedor do Entre-Douro e Minho que, na ausência do bispo D. Pedro Afonso em visita pastoral, entrou no Porto prendendo o alcaide, cuja nomeação pertencia ao bispo, e tomou conta dos presos que estavam na cadeia da cidade. Por não se encontrar o prelado, o vigário-geral interveio ameaçando o corregedor com censuras caso não se retratasse. O corregedor retorquiu intimidando o vigário-geral com uma pena de desterro, conseguindo assim que este último retirasse a ameaça. Regressando à cidade, o bispo repreendeu o vigário-geral e escreveu ao corregedor exigindo que soltasse o alcaide e deixasse de julgar na cidade, anuindo o corregedor apenas à primeira exigência. Este episódio contribuiria para a tomada de posição do bispo perante o Concelho do Porto a 24 de Junho desse mesmo ano: tendo-lhe sido pedido que confirmasse um dos quatro pares de homens-bons eleitos pelo dito Concelho para juízes da cidade, o prelado recusa-se a fazê-lo. Os homens do Concelho recorreriam ao Infante e futuro rei D. Afonso IV e o bispo à cúria pontifícia na tentativa de fazerem prevalecer os respectivos direitos. Sem se alcançar um consenso, foi decidido por ambas as partes constituir um tribunal que analisasse as provas documentais, averiguasse os factos e proferisse uma sentença. As sessões decorreram entre Junho e Outubro de 1354 mas a sentença final nunca chegou a ser confirmada pelo papa, primícia sem a qual não poderia ser considerada válida, tal como tinha ficado estipulado nos compromissos iniciais. Referimos de novo a indispensável consulta, sobre este processo, de RAMOS, 1983/84: 3-92.

²² *Corpus Codicum*, vol. II, p. 33-133.

documentos (entre bulas, doações, confirmações, etc.), dos quais a maioria só se conhece por esta cópia²³.

Durante este conflito, entre meados da década de 1340 e inícios da de 1350, empreendeu-se na Sé uma obra até então nunca executada, pelo menos de que tenhamos notícia: um cartulário, chamado, posteriormente, *Censual do Cabido*²⁴. Contém 335 documentos dos quais apenas cerca de 23,8% se conserva, ainda hoje, em versão original. Por outro lado, a comparação entre os documentos que existem no cartório e que não foram copiados, e aqueles que o foram, permite afirmar que houve uma selecção clara do que devia e do que não devia integrar o cartulário, o que reflecte um bom conhecimento do acervo guardado no arquivo e um comportamento específico, dos responsáveis da Sé, face à preservação da memória material²⁵. Este códice representa, na actualidade, mais de 65% do total de documentos feitos até 1342, conservados nos cartórios da mitra e do cabido.

Entre os séculos XIV e XVI foram acrescentados ao cartulário mais 12 documentos. Ainda em finais da centúria de trezentos foi-lhe anexada uma relação de censos e de outros direitos que as igrejas e mosteiros da diocese pagavam à Sé, a qual acabaria por dar nome ao cartulário de «Censual»²⁶.

Existiriam na catedral, certamente, vários tipos de livros de registo. Temos referência a um deles: em 1307.11.26 é pedido, pelo chantre e tesoureiro, que se copiem os registos das visitas feitas pelo bispo D. Geraldo ao mosteiro de Canedo, dizendo o tabelião, encarregue da cópia, que os encontrou «in libro domni episcopi memorati»²⁷.

Não é de todo fácil estabelecer o momento em que no arquivo catedralício se passou a organizar a documentação através de inventários, índices, roteiros. De facto, o primeiro inventário que possuímos é tardio, não está datado, mas deve ter sido elaborado entre 1654 e 1674²⁸, mas já em 1496 o bispo do Porto D. Diogo de Sousa havia estabelecido, nas Constituições Sinodais, que em todos os mosteiros e igrejas se fizessem «dous emventarios» dos seus bens e possessões, dos quais um permaneceria na instituição e o outro no *cartorio* da Sé²⁹. Se esses inventários se fizeram, e chegaram a entrar no cartório, perderam-se, pois no inventário de 1654 em momento nenhum se fala neles.

A elaboração do primeiro inventário do arquivo catedralício que possuímos deve estar relacionada com a construção de novas instalações no claustro para o cabido, as quais se começaram algum tempo antes, no episcopado de D. Frei Marcos de Lisboa (1582-1591), e se concluiriam já no século XVIII³⁰. À data da sua execução o cartório estava, então, arrumado em quatro gavetas e um «almario». Quanto à localização destas

²³ Datam de 1343.06.23 (ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1664, fl. 72 e Pergaminhos Vários, 1658, fl. 3).

²⁴ ADP – Cart.º Cab., 1656.

²⁵ Veja-se SILVA, 2010: 197-199.

²⁶ Primeiro chamou-se apenas «Censual» e só mais tarde «livro Censual do Cabido».

²⁷ ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1683, fl. 8, fl. 25 (inserto).

²⁸ ADP – Cart.º Cab., nº. 2. O inventário é posterior a 1654 porque num registo sequencial de prazos e de outros documentos essa é a data do último registo, e deverá ser anterior a 1674 porque a letra usada nesse registo é mais moderna.

²⁹ *Synodicon Hispanum*, 1982: 386-387.

³⁰ FERREIRA, 1924: 185.

gavetas: a 1ª estava «da parte do paço do bispo», a 2ª «debaixo do almario da banda do paço do bispo», a 3ª e a 4ª gavetas «debaixo do almario do meo» («pera a parte do claustro»). Dentro de cada uma delas encontravam-se maços, macetes e macinhos. Os maços, num total de 26, estavam distribuídos do seguinte modo: na 1ª gaveta maços 1 a 3, na 2ª maços 4 a 10, na 3ª maços 11 a 14, na 4ª maços 15 a 19, e no «almario 1º» maços 20 a 26. A organização destes maços, assim como dos macetes e macinhos que a eles estavam atados por *fió de barbante*, obedece a critérios geográficos e de tipologia documental. São vários os vestígios que encontramos, ainda hoje, desta arrumação. Para além de cotas, que revertem precisamente para os ditos maços e macetes, tendo num caso sido possível reconstruir praticamente todo o maço antigo³¹, existem, em vários documentos, indicações como: «Quem desatar este maço torne-ho atar»³², ou, «esta este maço no almario do meo a mão direita em cima»³³. Importa ainda referir que dentro do armário estava a *libraria* do cabido³⁴.

No entanto, logo em finais do século seguinte se alterou por completo esta ordem. Em 1782 os pergaminhos, antes dispersos pelos diversos maços, já estavam unidos em pastas, ou *livros*, tal como hoje se encontram, sob a designação de «Livros dos Originais»³⁵. Esta remodelação parece coincidir, novamente, com as alterações feitas na Sé, a partir de inícios do século XVIII, e que levaram à reorganização das áreas construídas, nomeadamente da sala do cabido, do antecabido e do cartório³⁶. Um inventário de 1820 reflecte estas mudanças³⁷, e o seu autor escreveu no início do de 1654 o seguinte aviso: «Ja não valle nada este livro por se ter mudado o cartorio, e seguir outra ideia»³⁸. O autor deste inventário fez ainda sugestões em relação à arrumação do cartório, reflectindo as suas ideias arquivísticas:

³¹ Por indicação do inventário o maço 20 continha «pergaminhos e papeis toquantes a fazendas e censos que pessoas diversas deixarão a este cabido», num total de 47 documentos. Estes mesmos pergaminhos encontram-se hoje dispersos pelos «Livros dos Originais» 1678 (fls. 1, 2, 4, 6, 9, 11, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 38, 39, 41, 44, 46) e 1686 (fls. 3, 5, 7, 8, 10, 12, 13, 18, 22, 23, 24, 25, 27, 32, 35, 36, 37, 40, 42, 43, 47), faltando apenas os fls. 15 e 45.

³² ADP, Cart.º Cab., Liv. Originais, 1687, fl. 11 e fl. 65.

³³ ADP, Cart.º Cab., Liv. Originais, 1680, fl. 7, referindo-se ao antigo maço 23, de que, aliás, servia de capa, uma vez que possui o título: *Privilegios. Contem pergaminhos de previllegios concedidos ao cabido*.

³⁴ SILVA, 2010: 281-288.

³⁵ Indicação recolhida numa certidão de 1782.08.05, feita por João da Costa Lobo, escrivão dos Reais Direitos da Portagem da cidade do Porto que se deslocou ao cartório do cabido, onde lhe foi presente o «Livro Sexto dos Originais», de onde copiou uma bula que ainda hoje se encontra no dito livro (BPMP – manusc. 1341, fls. 122-130, ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1664, fl. 30).

³⁶ FERREIRA, 1924: 307-308; BOTELHO, 2006: 30-31.

³⁷ ADP – Cart.º do Cabido, nº 1. Nesse momento o cartório estava distribuído por armários e *banco*s, intitulados: «Armário. Roteiros. N.º 1º», «Armário. Roteiros. N.º 2º», «Armário. Forais. Tombos. Assentos, etc. N.º 3º» (com «Banco 1º» e «Banco 2º»), «Armário. Originais. N.º 4º» (com «Banco 1º» e «Banco 2º»), «Armário. Prazos. N.º 1º», «Armário. Prazos. N.º 2º», «Armário. Prazos. N.º 3º» (com «Banco 1º» e «Banco 2º»), «Armário. Prazos. N.º 4º» (com «Banco 1º», «Banco 2º» e «Banco 3º»), «Armário. Sentenças. N.º 1º», «Armário. Sentenças. N.º 2º», «Armário. Sentenças. N.º 3º» (com «Banco 1º» e «Banco 2º»), «Armário. Sentenças. N.º 4º» (com «Banco 1º», «Banco 2º» e «Banco 3º»), «Armário. Sentenças. N.º 5º», «Armário. Sentenças. N.º 6º», «Armário. Regalias. Padroados etc. N.º 3º» (com «Banco 1º» e «Banco 2º»), «Armário. N.º 4º», «Armário. Portagens. N.º 1º e 2º», «Armário. Votos. N.º 3º» (com «Banco 1º» e «Banco 2º»), «Armário. Votos. N.º 4º» (com «Banco 1º», «Banco 2º» e «Banco 3º»), «Armário. Demandas. N.º 1º», «Armário. Dizima de Sto. Ildefonso. N.º 2º», e «Armário. Fábrica. N.º 3º» (com «Banco 1º»).

³⁸ Em vários pergaminhos de diferentes cartórios encontramos frases semelhantes: «Não serve este papel» (ADP – Cart.º Cab., Liv. Originais, 1683, fl. 28), «Nada valle» (ANTT – OSB, S. Bento da Avé Maria, mç. 2, 1.ª pasta, s/n), ou «Esta cortado ao meio e para nada serve» (ANTT – OSB, S. Salvador de Vairão, mç. 8, doc. 16).

Talvez fosse mais útil do que curioso o encadernarem-se estes maços... e igualmente fazer-se a reunião de todos os índices que ficam dentro em todas as pastas e maços como suplemento aos roteiros e da ordem neles indicada, feita a colecção se poderia conhecer a utilidade de hum Índice Geral, assim como dar o justo valor a trabalhos que assim nada inculcão e que o tempo poderá inutilizar quando não haja o cuidado d'ordenar e repor no lugar qualquer titulo que seja tirado d'algum dos maços³⁹.

A «outra ideia», a que se refere o inventário de 1820, é a organização que, *grosso modo*, nos nossos dias ainda permanece⁴⁰, mesmo tendo em conta as vicissitudes por que passou o arquivo desde a sua saída da Sé, em 1911, em parte para a Biblioteca Municipal do Porto, e em parte para o Arquivo da Comissão Auxiliar da Administração dos Antigos Bens Culturais, até à sua integração definitiva no Arquivo Distrital do Porto⁴¹. A «outra ideia» é mais uma das etapas que comprova a mudança nas práticas arquivísticas, na organização e no comportamento dos homens responsáveis na catedral portuense face à memória material da mesma.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, José Gaspar de (1935) – *Inventário do Cartório do Cabido da Sé do Porto e dos Cartórios Anexos*. Porto: Arquivo Distrital do Porto.
- BOTELHO, Maria Leonor (2006) – *A Sé do Porto no século XX*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CALLEJA PUERTA, Miguel (2006) – *La Catedral de Oviedo como centro de conservación de documentos en la alta Edad Media*. In «Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 4, p. 179-191.
- CENSUAL do Cabido da Sé do Porto: *Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto* (1924). Ed. de João Grave. Porto: Biblioteca Municipal do Porto.
- CLANCHY, M. T. (1993) – *From memory to written record. England 1066-1307*. Oxford, USA: Blackwell Publishing.
- CORPUS *codicum latinorum et portugalsium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum* (1899-1968). Portucale: Curiae Municipalis editum, 6 vols.
- COSTA, Avelino de Jesus da (1983) – *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*. «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», n.º 38. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 1-224.
- CUNHA, Maria Cristina Almeida e (2005) – *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*. Galiza: Editorial Toxosoutos – Serie Trivium.
- DOCUMENTOS *Medievais Portugueses. Documentos Régios* (1958). Lisboa: Academia Portuguesa da História, vol. I, tomo II.
- FARELO, Mário Sérgio da Silva (2003) – *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.
- FERREIRA, José Augusto (1924) – *Memórias archeológico-históricas da cidade do Porto (Fastos episcopais e políticos) (século VI- século XX)*. Braga: Cruz e C.ª, t. II.

³⁹ ADP – Cart.º do Cabido, n.º 1, fls. 48-48v.

⁴⁰ Neste momento a documentação do cartório do cabido encontra-se distribuída por pastas ou livros, 30 no total, com número irregular de documentos. Inicialmente os documentos foram cosidos de modo a formarem livros mas actualmente a grande maioria está solta. Para uma descrição mais pormenorizada veja-se ALMEIDA, 1935: 181-197.

⁴¹ Sobre este processo veja-se: ALMEIDA, 1935: I-VIII, e RIBEIRO, 2003: 305-307.

- GENEST, Jean-François (1989) – *Le mobilier des bibliothèques d'après les inventaires médiévaux*. In WEIJERS, Olga, ed. – *Vocabulaire du livre et de l'écriture au moyen âge. Actes de la table ronde Paris 24-26 septembre 1987*. Turnhout: Brepols, p. 136-154.
- GOMES, Saul António (2001) – *Fida memoriae custos et scriptura: as «arengas de memória» na documentação régia portuguesa nos séculos XI e XIII*. «Revista de História das Ideias. O Estado e a Igreja. Homenagem a José Antunes», vol. 22. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias / FLUC, p. 9-49.
- (2007) – *In Limine Conscriptio. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*. Viseu: Palimage.
- GUERRA, António Joaquim Ribeiro (2003) – *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- LAFFON ALVAREZ, Luisa (1989) – *Arenga Hispana: Una aproximación a los preámbulos documentales de la Edad Media*. «Historia. Instituciones. Documentos 16». Sevilha: Publicaciones de la Universidad de Sevilha, p. 133-232.
- MARQUES, José (1988) – *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2006) – *Os Estatutos do Cabido da Sé de Coimbra de 1454*. In «Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques». Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 85-108, vol. 4.
- (2010) – *A Sé de Coimbra: A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- RAMOS, Rui (1983/84) – *O Poder e a História no Livro da Demanda do Porto de 1354*. «Estudos Medievais», n.º 3/4, Porto, p. 3-92.
- RIBEIRO, Fernanda (2003) – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, vol. 1.
- SANTOS, Cândido Augusto Dias dos (1973) – *Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto – Documentos Memórias para a História do Porto, vol. XXXIX.
- SANTOS, Maria José Azevedo (1992) – *O «Ornamento Literário» em Documentos Medievais: O Preâmbulo ou Arenga (773(?)-1123)*. Sep. *Biblos*, vol. LXVIII. Coimbra: FLUC, p. 307-333.
- (1994) – *Da Visigótica à Carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT.
- (2001) – *As condições de conservação dos documentos e dos livros em Portugal (séculos XII-XIV)*. In COELHO, Maria Helena da Cruz et al. – *Estudos de Diplomática Portuguesa*, Lisboa: Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 233-256.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (2003) – *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*. Leiria: Magno Edições.
- SILVA, Maria João Oliveira e (2008) – *Scriptores et Notatores. A produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra.
- (2010) – *A Escrita na Catedral: A Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média (Estudo Diplomático e Paleográfico)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento. (Esta tese pode ser consultada em <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/50390>>).
- SYNODICON Hispanum. II Portugal (1982). Ed. crítica dirigida por Antonio Garcia y Garcia. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- TESTAMENTI Ecclesie Portugaliae (1071-1325) (2010). Coord. Maria do Rosário Barbosa Morujão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (1999) – *As dimensões de um poder. A diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa.